

O feliz desfecho do processo de paz angolano — em tempo e condições que surpreenderam mesmo os mais optimistas — tem levado alguns a compará-lo com o processo moçambicano que, sob a égide do Governo italiano, se tem vindo a desenvolver em Roma, na Comunidade de Santo Egídio, em pleno coração do Trastevere.

Tal comparação, para alguns, não é inocente nem é desinteressada: na verdade, poderá dizer-se que dela se pretende inferir que há um modo — *o português* — correcto, de fazer as coisas; e há um outro, *o italiano*, incorrecto, de não as fazer. E que, para bem de todos, talvez fosse tempo de aplicar o modo correcto à situação de Moçambique, que talvez permitisse desbloqueá-la. Outros argumentarão, ao contrário, que as situações são de tal modo distintas que é mesmo absurdo querer compará-las; e que tais distinções de base tornam impossível qualquer questão de aplicabilidade ao caso de Moçambique da estrutura negocial que foi aplicada ao caso angolano.

Porém, deixando de parte uma argumentação académica do tipo quem aplica o quê, onde e como, há uma pressão das circunstâncias: o problema da guerra civil moçambicana, além de provocar destruições terríveis em termos humanos, *está a atingir, noutra dimensão, o próprio cerne do Estado a ponto de, para muitos observadores, ficar inviabilizada ali qualquer forma de comunidade política*. Mais do que isso, essas extremas destruições estão agora a propagar-se aos países vizinhos, contaminando e agravando situações que já são, por si só, difíceis. Assim, e já em riscos de se ter atingido o ponto de não retorno, a urgência de uma solução torna-se premente. Pelo que vale a pena pensar no caso.

As principais diferenças apontadas, para além das recorrentes da História e da Geografia, concentram-se nas diferenças entre a RENAMO e a UNITA. Tendem geralmente a salientar a maior sofisticação, preparação e capacidade de liderança do movimento angolano, perante o qual os rebeldes de Moçambique seriam uma espécie de parentes pobres, desorganizados e sem estratégia. Refere-se também a maior fraqueza relativa das partes moçambicanas (FRELIMO-RENAMO) em relação às suas congéneres angolanas (MPLA-UNITA); e refere-se continuamente a debilidade e atomização dos intervenientes no conflito de Moçambique.

Diferenças e semelhanças

Procuremos pôr um pouco de ordem nesta súpula de evidências, umas certas, outras erradas. Para tal, recorreremos às raízes históricas, quer dos conflitos, quer dos seus intervenientes. A FRELIMO — como o MPLA — pertence à categoria de movimentos armados africanos, cuja ideologia misturou utilitariamente marxismo e nacionalitarismo. O papel desempenhado pela União Soviética nos anos da «guerra fria» e a sua estratégia terceiro-mundista, acabariam por satelizar estes movimentos. A independência nos meados da década de 70, como consequência ou

epifenómeno do 25 de Abril em Portugal, levaria a uma maior dependência material e logística dos soviéticos. Neste sentido, a História e um mesmo padrão de dependência levaram estes regimes a aproximarem-se. E seria também um problema de localização regional que os levaria a conhecer evoluções distintas: em Moçambique, devido à vizinhança crítica do poder político e militar sul-africano não houve uma intervenção exterior no continente como foram os cubanos em Angola. O que teve consequências.

Se os movimentos marxistas no poder eram paralelos, já o não eram os movimentos de oposição armada: a UNITA nascera em meados dos anos 60, de uma dissidência da FNLA. Mantivera uma acção de guerrilha, sempre no interior, bem radicada no seu *heartland* do planalto central; derrotada na guerra civil de 1974-1976, pela força da intervenção estrangeira, tinha, no entanto, conseguido sobreviver. Tinha um chefe que alguns consideravam o mais carismático líder africano da sua geração. E conseguiu, por uma acção diplomática capaz, criar uma teia de amigos e aliados — em África, na Europa, nos Estados Unidos — que lhe asseguraram uma continuidade de apoios nos bons e nos maus momentos.

Quanto à RENAMO, pretendia-se apresentá-la como uma criação dos serviços de espionagem rodesianos, do CIO (Central Intelligence Office) de Ken Flower, cuja missão teria sido continuada, mais tarde, a partir de Phalabora pelas forças armadas sul-africanas. De qualquer modo, mantinha-se sempre sem uma capacidade política autónoma; sem uma base social própria; incapaz de seguir uma linha político-ideológica e uma linha estratégica coerentes.

Nestas circunstâncias, vinha à colação, trazido pelos simpatizantes da RENAMO, um argumento que apontava para o facto de a UNITA sempre ter contado com apoios exteriores muito importantes. Desde logo, o da própria África do Sul que, a partir de 1976, não só abriu uma saída para o exterior, comunicação aberta e permanente a partir da Namíbia, como armou, treinou e financiou os guerrilheiros de Savimbi. E a França de Giscard; e o Marrocos; e a Costa do Marfim. E, depois da eleição de Reagan, os Estados Unidos. E, desde sempre, a simpatia e o apoio daqueles núcleos informais de académicos, políticos, altos funcionários, homens de negócios, que ajudam a fazer a opinião do *establishment*. Círculos onde Savimbi sempre teve bons amigos e apoiantes que, a partir dos anos 80, estiveram com os ventos de mudança e do poder nos Estados Unidos, na Grã-Bretanha ou na Alemanha Federal.

Nada disto bafejara a RENAMO. Porque, argumentava-se, os seus líderes não foram capazes; ou porque os seus aliados não estavam interessados. A verdade é que, nos alvares da administração Reagan, a repartição de áreas de influência em Washington deixou a RENAMO isolada quando, em nome de uma política de «mãos livres» para Angola na área da inteligência, se entregou Moçambique à lógica mais dialogante do State Department. Por outro lado, os sul-africanos que na costa ocidental — no eixo Angola-

Namíbia — tinham políticas coincidentes entre os Negócios Estrangeiros e os militares, não registavam para Moçambique tal unanimidade. Enquanto os militares, que tinham herdado o apoio à RENAMO do CIO, a partir do momento em que Mugabe chegara ao poder, se mostravam entusiásticos sobre as capacidades operacionais da RENAMO, o ministro «Pik» Botha e os seus funcionários dos Estrangeiros mostravam-se sensíveis à progressiva compreensão da FRELIMO que, economicamente, cada vez mais dependia. do poderoso vizinho. E havia uma lógica de rejeição — que, na época, era desenvolvida por altos funcionários do Foggy Bottom: «Neste momento há em Maputo um regime marxista, apoiado pelos soviéticos, com enormes dificuldades de sobrevivência. Uma mudança para a RENAMO não vai alterar a situação de penúria para Moçambique, nem resolver um só dos seus problemas. Se jogarmos na alteração, passaremos da situação actual, cómoda, de termos os soviéticos a braços com uma guerrilha, ajudando um Governo, para nós, ocidentais, ajudando um governo incapaz (o da RENAMO) contra os soviéticos ajudando uma guerrilha (a da FRELIMO) que poderia melhorar as suas posições».

Moçambique acabaria por ser a grande vítima desta fuga ao poder. E de uma obstinada determinação de aliados e inimigos da RENAMO de a impedir de criar uma estrutura político-diplomática externa. A FRELIMO, ou elementos da sua direcção com poder sobre os órgãos de segurança, decidiram e contrataram mesmo a eliminação física do antigo Secretário-Geral da RENAMO, Evo Fernandes, conexões que ficaram provadas sobejamente nas investigações da Polícia Judiciária portuguesa, apresentadas no processo de Alexandre Chagas e seus cúmplices.

A obsessão de ignorar e desqualificar moralmente a RENAMO levou a um permanente isolamento da organização, quer em África, quer no exterior. Como excepção, nas áreas «respeitáveis» da acção política, mantinham-se apenas os conservadores da Heritage Foundation norte-americana e alguns elementos na comunidade de inteligência da RFA. E depois da morte de Franz-Josef Strauss, que poucos meses antes de falecer estivera apostado num plano global de paz para a África Austral, a própria ala bávara pareceu desinteressada do conflito.

Os quadros do poder

Mas, de qualquer modo, nem o isolamento político dos guerrilheiros, nem mesmo o fim da assistência militar, resolvia o problema do governo e do país. A guerra continuava e os guerrilheiros, para manterem o nível operacional contra o exército governamental desmoralizado, indisciplinado e pobremente equipado, também não necessitavam de grandes apoios. Foi neste quadro que se introduziram, quer regional, quer internacionalmente, elementos novos. Regionalmente, as principais linhas encaminharam-se para:

- Uma cessação do apoio militar sul-africano à RENAMO, pelo menos de canais oficiais, mesmo em regime de *dirty operations*. Esta cessação total

coincidiu com os tempos de presidência de P. W. Botha. São de admitir (há uma longa fronteira comum que confina com áreas eleitoralmente afins do Partido Conservador sul-africano), possibilidades de auxílios «privados», com desconhecimento oficial. A posição da República Sul-Africana ficou até um tanto traumática em relação a Moçambique, já que, considerando o passado, Pretória manifesta um evidente embaraço em ocupar-se de um país que, entretanto, está na área dos seus interesses;

- Uma continuidade do apoio militar do Zimbabwe à FRELIMO, mas cada vez mais restringido ao corredor da Beira, e com as forças de Harare actuando também, cada vez mais, com total autonomia em relação aos seus aliados moçambicanos. Progressivamente, faz-se sentir a relutância de Mugabe em retirar as suas forças, que não só ocupam uma artéria vital para o país, como, no caso de retirada total, lhe levantariam problemas em casa;

- O início do auxílio político-diplomático do Quénia à RENAMO. O governo queniano desempenhará, progressivamente, a nível regional e a nível internacional, um papel de patrocinador e influenciador da RENAMO. Nairobi passou a ser usada como uma espécie de base recuada e de contactos, quer do próprio líder Afonso Dlakhama, quer dos seus mais directos colaboradores. De notar que é em Nairobi que se dão os primeiros encontros RENAMO-UNITA;

- Quanto ao Malawi, a sua posição é de tradicional cautela: são mantidas boas relações com o Governo de Chissano, mas os dirigentes da RENAMO usam também o país como ponto de passagem para o exterior. Na conjuntura externa, americano-europeia, também se verificaram algumas mudanças. Em Portugal, a percepção de uma certa demora em relação à UNITA — que foi entretanto reparada em tempo — levou o Governo e o Secretário de Estado Durão Barroso a, desde a Primavera de 1990, iniciarem através da DINFO, contactos com a RENAMO, quer em Lisboa, quer em Nairobi. Também os norte-americanos, apesar da posição oficial tradicional e das boas relações com o Governo de Maputo — que é um dos grandes recipiendários da sua ajuda, apesar da oposição dos conservadores no Senado, através do senador Helms — foram flexibilizando a sua posição. Lembre-se aliás que o Quénia é, a seguir a Moçambique, o principal recebedor de auxílio americano.

Outro papel discreto, mas importante, é o da Grã-Bretanha. Londres tem um pé bem assente no lado governamental (e no Zimbabwe), mas poderia também ter outro no Quénia. Guarda um *low-profile*, mas ninguém tem dúvidas que está e estará presente no jogo regional.

O factor italiano

A introdução do factor italiano perturbou alguns dos observadores. No entanto, os italianos, quer a nível oficial, quer a nível privado (Santo Egídio), chegaram como os facilitadores de contactos, numa ocasião em que as condições para um encontro estavam reunidas mas faltava o tempo

e o lugar. Os italianos, de acordo com a FRELIMO, e pela via da ligação da Igreja moçambicana (D. Jaime Gonçalves) desbloquearam a desconfiança da RENAMO ao abrirem aos seus dirigentes uma via de diálogo e de contacto em Roma. A Itália tinha fortes interesses na cooperação com a África Oriental e particularmente em Moçambique.

A RENAMO reagiu positivamente a esta abordagem que, na Europa, a tirava do isolamento. Para a FRELIMO, desesperada com a catastrófica situação do país, confrontada pela duríssima realidade de que esta situação não manifestaria sinais de mudança sem que, *como o impunham as instituições monetárias internacionais, os países doadores e o sector privado, houvesse paz, reconciliação nacional e eleições livres*, Roma era uma porta de saída. Por um lado, porque as conversações em Santo Egídio *tinham um estatuto suficientemente ambíguo* para que Maputo pudesse ir conversando com os «rebeldes» sem lhes dar o tratamento de parceiros livres e iguais. Por outro lado, havia a vantagem de trazer os guerrilheiros para o campo da luta político-diplomática em que estes estariam, calculava-se, em desvantagem. Era esta a ideia de Joaquim Chissano.

As reticências dos interessados não africanos levou a que teias de interesses marginais se organizassem à volta das partes e do próprio processo. O que o tornou difícil e levou, por exemplo, o governo português a condicionar as suas relações com a RENAMO a um distanciamento do chamado *lobby* português.

Na visão dos poderes interessados e, para além da constelação de Estados vizinhos, dos poderes regionais envolvidos — Quênia, Tanzânia, Malawi, Zâmbia, Zimbábue, República da África do Sul —, uma engenharia correcta do processo de paz deveria ser assim equacionada: *Reforçar a componente político-ideológica da RENAMO*. O longo isolamento a que os guerrilheiros foram submetidos desenvolveu neles um certo espírito de receio e de desconfiança em relação ao exterior. Tal espírito foi reforçado ainda pela ambiguidade de alguns apoios que têm sido desenvolvidos. Neste momento, a assistência ideológica à RENAMO tem sido feita quase exclusivamente por alguns colaboradores da Heritage Foundation. Este apoio, aliás, nem seria antagonizado pelo Presidente Joaquim Chissano, que também já concluiu que o isolamento da RENAMO é contraproducente.

Isolar os núcleos radicais extremistas e racistas da FRELIMO. Estes núcleos, comparáveis aos comunistas ortodoxos do MPLA, identificavam-se com as posições mais antiportuguesas (consideram uma humilhação para Moçambique que Portugal ou os portugueses possam vir a ter qualquer papel na pacificação do país) e mantêm uma posição completamente irrealista de neutralizar a RENAMO pela violência. Opõem-se também a Chissano. *Envolver no processo directa ou indirectamente americanos, portugueses e sul-africanos*. Quanto aos americanos, a sua presença é necessária pois, sendo eles agora a única superpotência, a sua presença e dos principais doadores de ajuda humanitária a Moçambique é exigida

como garante diplomático e militar de quaisquer acordos. Quanto a Portugal, o prestígio adquirido na negociação angolana, as boas relações existentes hoje com as duas partes a nível governamental e dos serviços de informação, o melhor conhecimento dos problemas do país, a existência de um interesse a nível de opinião pública pela questão, são apresentados como elementos para a sua inclusão.

Quanto à África do Sul, a boa lógica e experiência histórica ensinaram que será ilusório tentar qualquer acordo que não conte também com a aceitação de Pretória. Os analistas do problema angolano têm salientado que o processo angolano está a correr bem porque respeitou todos os interesses e poderes internacionais, regionais e internos. Tentar um acordo com Moçambique ignorando o poderoso vizinho do sul seria perigoso. O que não quer dizer que Pretória queira estar presente na primeira fila das negociações ou exija um estatuto prioritário. Mas quererá ter formas de participação, intervenção e fazer ouvir a sua voz. Aliás, os observadores mais atentos chamaram a atenção para *que este foi ao fim e ao cabo, o papel da África do Sul na negociação de Angola.*

A breve prazo, e depois da visita de Mario Rafaelli a Lisboa, onde conversou com o Presidente da República e com o Secretário de Estado Durão Barroso, tudo indica que:

- O processo vai manter-se em Roma. Os italianos querem mantê-lo, aliás, mas, para isso, estão dispostos a aceitar um alargamento da mediação, em formas intermédias, a portugueses e norte-americanos;
- Para reforçar a componente portuguesa, o Governo dará o visto a Afonso Dlakhama para vir a Portugal. Será também a oportunidade para o chefe da RENAMO desfazer uma série de equívocos e mitos sobre a sua organização;
- O processo poderá, entretanto, conhecer uma nova dinâmica, à medida que algumas das forças, estruturas e energias que se aplicaram na questão angolana, alarguem ou transfiram a sua acção para o problema moçambicano. Só se espera que o façam em tempo de evitar o colapso nacional do país.